

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**O PAPEL DA SUPERVISÃO NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM**

**ERISNALMA MOREIRA DA COSTA
VERIDIANA JORGE SANTANA ALBUQUERQUE**

Cajazeiras – Outubro/ 2003

**ERISNALMA MOREIRA DA COSTA
VERIDIANA JORGE SANTANA ALBUQUERQUE**

8,5

**O PAPEL DA SUPERVISÃO NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM**

Cajazeiras – Outubro/ 2003

**ERISNALMA MOREIRA DA COSTA
VERIDIANA JORGE SANTANA DE ALBUQUERQUE**

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
- CAJAZEIRAS - PARAÍBA

**O PAPEL DA SUPERVISÃO NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM**

Trabalho Monográfico apresentado ao
Curso de Pedagogia/CFP/UFPG, como
requisito ~~parcial~~ para aprovação na
disciplina de Estágio Supervisionado em
Supervisão Escolar, sob a orientação da
Profª Nádia Jane de Souza.

Cajazeiras – Outubro/ 2003



C837p Costa, Erisnalma Moreira da.
O papel da supervisão nas escolas públicas do município de Ipaumirim / Erisnalma Moreira da Costa; Veridiana Jorge Santana Albuquerque. - Cajazeiras, 2003.
28f.

Monografia(Licenciatura em Pedagogia)Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores, 2003.

Contém Bibliografia.
Não disponível em CD.

1. Supervisão escolar. 2. Escolas Públicas. 3. Ensino público-Ipaumirim- Ceará. I. Albuquerque, Veridiana Jorge Santana de. II. Souza, Nádia Jane de. III. Universidade Federal de Campina Grande. IV. Centro de Formação de Professores. V. Título

CDU 37.07

AGRADECIMENTOS

A DEUS, pela força sobrenatural que nos têm concedido na luta pela concretização dos nossos ideais.

Aos AMIGOS e colegas de Curso, com os quais dividimos reflexões, experiências e ansiedades.

Aos PROFESSORES, grandes colaboradores e amigos, os quais tão bem souberam transmitir esse aprendizado que será de muita valia para o exercício diário da nossa função.

As SUPERVISORAS do município de Ipaumirim – CE, que colaboraram para a realização de parte deste trabalho.

A todos que direto ou indiretamente contribuíram de alguma forma pela concretização deste trabalho.

Aos idealizadores do Programa Estudante Convênio–Rede Pública (PEC – RP).

DEDICATÓRIA

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

AOS NOSSOS FAMILIARES que souberam entender a necessidade de nos dedicarmos aos estudos e nos afastar um pouco do convívio familiar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	
REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
CAPÍTULO II	
REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	13
CAPÍTULO III	
A concepção e prática da Supervisão Escolar no Município de Ipaumirim.....	14
A prática da Supervisão Escolar desenvolvida no Município de Ipaumirim.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A supervisão escolar tem contribuído para um desempenho docente mais qualificado e o supervisor como membro integrante da escola tem seu trabalho caracterizado pela coordenação das atividades pedagógicas. No entanto, muito pouco se conhece acerca desse processo que acontece na escola e desse profissional que o executa.

O momento histórico vivido hoje pelos supervisores impõe um cotidiano de ações sempre inovado.

Entretanto, no decorrer das últimas décadas a supervisão escolar tem sido objeto de debates e críticas, levando em consideração a situação do ensino, os fracassos e as frustradas tentativas de mudanças nos seus procedimentos, visando garantir para todos uma educação de qualidade.

É a partir da década de 1990, que a supervisão é redescoberta e indicada como instrumento necessário a mudança nas escolas; a figura do supervisor aparece pois, como intermediário à idéia de mudança. Busca-se assim, uma proposta de ação coerente com a realidade educacional que envolva os membros da escola.

Assim, a supervisão apresenta-se, em sua ação com características próprias, onde além de conhecer as expectativas e necessidades dos alunos, precisa manter uma parceria com os professores, com posições e interlocuções definidas e garantidas na escola.

A ação supervisora se faz necessária no contexto escolar, à medida em que o supervisor deverá incentivar e sustentar o trabalho docente, mediante a promoção e o estímulo de estudos coletivos e formação continuada, que os auxiliem a superar os desafios que a sociedade atual apresenta, tais como: oferecer para todos uma educação de qualidade que considere o grau de dificuldade, o ritmo de aprendizagem inerente a cada educando, o atendimento de seus interesses e necessidades, bem como acompanhar o progressivo desenvolvimento tecnológico.

Diante do exposto consideramos relevante o desenvolvimento desse estudo no município de Ipaumirim – CE objetivando analisar as práticas de Supervisão Escolar na rede pública municipal de ensino, mais especificamente identificar as práticas desenvolvidas pelos profissionais que atuam nesta rede evidenciando a concepção que os mesmos atribuem à sua atuação dentro da escola.

A nossa preocupação com o papel da supervisão nas escolas está relacionada com a experiência que tivemos enquanto educadoras das primeiras séries do Ensino Fundamental e, posteriormente como alunas de Licenciatura Plena em Pedagogia, habilitação em Supervisão e como coordenador pedagógico.

Levantamos então, os seguintes questionamentos:

- π Como os supervisores compreendem sua atuação no âmbito escolar?
- π O trabalho do supervisor escolar contribui para o trabalho do professor na sala de aula?
- π Quais as principais dificuldades enfrentadas pelos supervisores escolares?
- π Como se dá o relacionamento entre supervisores e professores?

Com esta gama de questionamentos iniciamos o estudo acerca da supervisão escolar, já que acreditamos que desnudando suas arbitrariedades e equívocos, proporcionaremos contribuições para que se promovam modificações à atual prática de supervisão escolar desenvolvidas nas nossas escolas públicas municipais.

Acreditamos que estudos desta natureza poderão contribuir na ampliação de conhecimentos sobre o tema em questão, bem como servirem de eixo para possíveis questionamentos e análises mais detalhadas por parte dos supervisores que dele fizerem uso.

Assim, esse trabalho se apresentará da seguinte forma: no primeiro capítulo expomos o Referencial Teórico, que reúne reflexões sobre a supervisão escolar, na ótica de conceituados intelectuais, como RANGEL, SAVIANI e ALONSO.

O Referencial Metodológico, é o segundo capítulo, no qual descrevemos os instrumentos utilizados para a coleta de dados, o universo pesquisado, bem como, os métodos utilizados durante os estudos.

No terceiro capítulo abordamos a concepção e a prática da Supervisão Escolar; enquanto que no quarto capítulo expomos as práticas de supervisão desenvolvidas pelas supervisoras da rede pública do Município de Ipaumirim – Ceará.

Finalmente, no último capítulo analisamos as práticas de Supervisão Escolar desenvolvidas pelas colaboradoras, a concepção que as mesmas atribuem à sua atuação dentro da escola, bem como, à relevância do estudo desenvolvido por nós no que se refere à promoção de reflexões acerca da ação supervisora desempenhada no âmbito escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAIBA

A reflexão sobre a Supervisão Escolar hoje, nos remete à necessidade de uma abordagem mesmo que breve, sobre o processo histórico de organização da supervisão.

A ação supervisora segue a ação educativa desde suas origens. A mesma se fez presente desde as comunidades primitivas e sofreu várias alterações conceituais no seu processo evolutivo, passando a ser vista como profissão. É o que advoga, por exemplo SAVIANI (2002:13):

(...) a função supervisora, implicitamente, acompanha a ação educativa desde suas origens. Na medida em que essa função vai sendo explicitada, esboçando-se no espírito a idéia de supervisão, (...) abre-se o caminho para, bem mais tarde, se colocar a questão da ação supervisora como profissão, (...)

Neste sentido, observa-se que a função supervisora manteve-se implícita e indiferenciada até o final da Idade Média, assumindo caráter de vigilância discreta, proteção e orientação. A idéia de supervisão por sua vez, surgiu a partir do *Ratio Studiorum* dos jesuítas, atravessou as reformas pombalinas, debates e tentativas do período imperial, estendendo-se até a Primeira República, assumindo claramente a função de controle, fiscalização, conformação e até coerção.

No decorrer dos anos 20 aos anos 80, tenta-se conferir status profissional a ação supervisora, mediante a especificação das características da profissão em torno de um mecanismo permanente, necessidade social e uma identidade própria. Sendo assim, o supervisor teria um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica.

Vale lembrar que os primeiros supervisores escolares brasileiros para atuar no ensino primário foram formados em 1950, mediante cursos promovidos pelo PABAE (Programa Americano Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar) e que a Supervisão Escolar passou a exercer nos sistemas educacionais o dever de controlar a qualidade do ensino e possibilitar a sua real melhoria. Além disso, exigiu-se do supervisor uma formação superior. É o que assevera RANGEL (2001:84):

A lei 9.394/96 em seu art. 64 estabelece que a formação para profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação e Pedagogia ou e nível de Pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Entretanto, percebe-se que na realidade professores são alocados e retirados das funções sem possuir habilitação ou mesmo uma capacitação em serviço, o que favorece a descontinuidade do trabalho a ser desenvolvido nas escolas ao mesmo tempo em que coloca o supervisor numa posição bastante frágil: não se submetendo as determinações e as expectativas do sistema, ele é afastado da função.

Contudo, o supervisor escolar, embora formado tecnicamente, deve ser capaz de interpretar, analisar e refletir criticamente o processo educacional que se realiza dentro da escola, da sala de aula, como também da sociedade.

Neste sentido, ALONSO (2002) afirma que para o êxito do trabalho da supervisão algumas condições são imprescindíveis: manter um clima de cordialidade, encorajamento, fortalecer o sentimento grupal, trabalhar com o professor partilhando idéias, estimulando e fortalecendo as lideranças, proporcionando o trabalho em equipe, a troca de experiência, a reflexão sobre a prática, sugerindo, mostrando alternativas; conhecer a legislação, seus limites e brechas, preocupando-se sempre com a renovação da escola e das práticas pedagógicas; estar atento para as dificuldades apresentadas pelos professores; subsidiar os docentes com informações atuais sobre temas complexos, orientando leituras, dando referências ou encontros com especialistas na área; atuar junto a administração da escola no sentido de viabilizar encontros para debates e estudos.

Considerando a Supervisão Escolar como um trabalho de assistência ao educador englobando planejamento, acompanhamento, avaliação, coordenação e atualização, tomadas como sustentáculos para nossas reflexões, podemos destacar a visão sobre Supervisão Escolar defendida por autores como ALONSO (2002) e RANGEL (2002)

A supervisão (...) vai muito além de um trabalho meramente técnico-pedagógico, (...) uma vez que implica uma ação planejada a partir de objetivos muito claros, assumidos por todo o pessoal escolar com vistas para o fortalecimento do grupo e ao seu posicionamento responsável frente ao trabalho educativo (2002:175).

Diante das mudanças conceituais ocorridas durante o processo histórico, precisamente na década de 90, há a redescoberta da supervisão apontada como instrumento fundamental para a mudança nas escolas buscando uma proposta de ação condizente com a realidade escolar que envolva todos os membros da escola. É o que ressalta, por exemplo ALONSO (2002:169):

Nesses casos, a supervisão torna-se força aglutinadora e impulsionadora do grupo, atuando como mediadora do sistema, (...) numa posição (...) de intérprete da realidade escolar e de suas necessidades.

A supervisão escolar, ganha portanto novas dimensões, passando de um recurso meramente técnico para se tornar um fator político.

Neste sentido percebe-se que é de fundamental importância desenvolver um planejamento participativo assegurando o comprometimento de todos os membros da escola para o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

Assim sendo, constata-se que a função supervisora nas escolas é necessária à medida que esta deverá oferecer orientação e assistência aos professores nas dificuldades que enfrentam na sua prática diária. Seguindo este pensamento, RANGEL afirma que:

“Supervisão Escolar supõe a supervisão da escola nos serviços administrativos, de funcionamento geral, como também os pedagógicos.” (2002:76).

Evidencia-se pois, que a Supervisão Escolar não comporta uma única tarefa, uma vez que traz em si uma conotação abrangente que envolve os serviços das

instâncias intermediárias e centrais do sistema e da política da educação, tais quais: Orientação Pedagógica, Supervisão Escolar, Coordenação de Turno, Coordenação de Área ou Disciplina e Supervisão Pedagógica.

Deste modo, das transformações que estão acontecendo na sociedade e das novas demandas que se colocam para a educação, surge à necessidade de se ter agentes especializados, bem preparados, atualizados e dinâmicos, capazes de perceber os problemas internos e os dos professores, preocupados com o destino dos alunos e com as responsabilidades da escola e da comunidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
SAZÃO DE CIÊNCIAS E PEDAGOGIA

REFERENCIAL METODOLÓGICO

Para buscarmos informações acerca das práticas de supervisão escolar desenvolvida no Município de Ipaumirim, optamos por uma pesquisa tipo exploratória e analítica. Essa característica da pesquisa se adequa a concepção de GONSALVES como sendo: “(...) aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de idéias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno”. (2001:65)

O universo pesquisado foi o quadro de Supervisoras das Escolas Públicas do Município de Ipaumirim-CE. Para coleta de dados utilizamos o questionário constituído de perguntas objetivas e subjetivas com as quais aproximamo-nos do problema em questão. A opção por este instrumento deve-se ao curto espaço de tempo para a execução da pesquisa e por acreditarmos que ele seria o instrumento viável para termos acesso às funções de supervisão. Esse instrumento de coleta de dados segundo MATOS: “(...) consiste em que, sem a presença do pesquisador, o investigado responda por escrito a um formulário (com questões) entregue pessoalmente, ou enviado pelo correio”. (2001:48)

As questões abordadas para obtenção dos dados tiveram como base os objetivos do referido estudo. Assim, foram elaboradas questões objetivas com as seguintes alternativas: satisfatório, muito satisfatório, pouco satisfatório e insatisfatório. Além disso, questões subjetivas completavam o referido questionário. Nestas, as supervisoras dissertaram a respeito do seu entendimento sobre o papel do supervisor escolar.

Também utilizamos encontros com os supervisores para investigar as funções que os mesmos desempenham no espaço escolar, bem como ampliar os conhecimentos das coordenadoras, sobretudo possibilitar o desenvolvimento de intervenções na sua prática cotidiana. Para tal, foram utilizados debates de textos, reflexões, dinâmicas, músicas e questionamentos.

Os dados coletados foram analisados com base nas referências teóricas que serviram de suporte para compreendermos como as supervisoras das escolas públicas do Município de Ipaumirim concebem sua ação no âmbito escolar.

A CONCEPÇÃO E PRÁTICA DA SUPERVISÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM

O presente texto resulta de uma pesquisa realizada com um grupo de 05 supervisoras lotadas na Sede da Secretaria de Educação do Município de Ipaumirim – Ceará, especificamente no Centro de Treinamento Professor José de Holanda. Tais supervisoras apresentam as seguintes qualificações: 02 graduadas, uma com Licenciatura Plena em Ciências e 03 possuem o Magistério.

Adotamos o questionário como instrumento de coleta de dados para nossa investigação. O mesmo consta de questões objetivas e subjetivas destinadas à análise das práticas de supervisão escolar desenvolvidas nas Escolas Públicas do Município de Ipaumirim. Além do questionário, tivemos oportunidade de conversar com as supervisoras em encontros realizados durante o mês de abril, onde as mesmas relatam algumas experiências da sua prática diária, conforme explicitaremos no decorrer desse texto.

No que se refere ao espaço de atuação do supervisor, ao material disponível, ao trabalho da supervisão, a contribuição desse profissional para o desempenho do professor e o relacionamento do supervisor com os demais membros da escola, 100% das questionadas consideraram todos esses aspectos satisfatórios.

Embora as supervisoras considerem o espaço onde atuam satisfatório, ao serem questionadas sobre o assunto, as mesmas mencionaram que realizam apenas visitas bimestrais às escolas, nas quais fazem a observação da execução dos planos de aula dos professores. Também são realizados encontros para planejamentos na Sede da Secretaria de Educação de Ipaumirim. Com esta prática, o que se pode verificar é que há uma redução do espaço de atuação do supervisor.

Em se tratando dessa questão, MEDINA nos diz que

“... o espaço de atuação do supervisor não consistia, simplesmente, na criação de um ambiente físico e sim na forma de ir e vir do supervisor, no movimento que ele faz,

com quem faz, como o faz e para quem o faz na escola.”

(1997: 17)

No que diz respeito ao material disponível para o trabalho da supervisão, as colaboradoras assinalaram ter acesso ao material didático como textos mimeografados para estudos e modelos de atividades que possam auxiliar o trabalho do professor. Pudemos comprovar tal afirmação em encontros realizados com as mesmas, onde uma das supervisoras falou:

“Não dispomos de material específico que oriente o trabalho de supervisão. Procuramos realizar o nosso trabalho com pouco que dispomos como alguns textos, revistas que servem de subsídios para pesquisas, só que precisamos de material mais aprofundado para fazer um estudo mais adequado.” (S3)

Considerando o estudo como ampliação das ações e relações que propiciam decisões fundamentadas na perspectiva de avanços do conhecimento e das práticas é que a coordenação pedagógica do Município de Ipaumirim incorpora estudos sistematizados, utilizando para tanto aportes teórico-práticos.

Segundo ALONSO (2002), o trabalho de supervisão deverá oferecer orientação e assistência aos professores nas dificuldades que enfrentam no seu cotidiano escolar, mantendo com eles um relacionamento próximo num ambiente de colaboração e respeito mútuo.

Nessa perspectiva, apesar das entrevistadas em sua totalidade apontarem como satisfatória sua contribuição para o trabalho do professor na sala de aula, as mesmas comentaram que suas visitas são consideradas pelos professores como uma “fiscalização”. Tendo essa concepção, alguns professores hesitam em aceitar o trabalho de supervisão, dificultando desse modo, o relacionamento entre o supervisor e todos os membros da escola. E como advoga, por exemplo uma das profissionais:

“Fazemos visitas bimestrais às escolas, e alguns nos recebe com alegria, no entretanto, outros, isto é os que

não tem compromisso, responsabilidade e não fazem os planos de aula, ficam aborrecidos e se desculpam dizendo que não precisam de ninguém para observar o seu trabalho pois sabe o que tem que fazer.” (S4)

Em relação à influência da formação inicial na prática do supervisor, 60% das colaboradoras conceberam como satisfatória, enquanto que 40% afirmaram ser pouco satisfatória.

Observamos que 40% das supervisoras afirmam que sua formação inicial influencia de forma pouco satisfatória. Apesar disso, nas questões discursivas, apontaram que realizam um trabalho de auxílio aos professores.

Para tal encargo, é necessário ver a supervisão escolar como um trabalho de coordenação da prática educativa, a fim de assegurar os princípios de liberdade e solidariedade humana, uma vez que são os pilares da educação brasileira e das políticas de formação de profissionais da educação. Sendo assim, a formação não só influencia, como é necessária à prática supervisora.

Nesse sentido concordamos com JÚNIOR quando nos diz que

“... se a prática desordenada ainda parece longe da práxis consistente e articulada que se deseja, isto certamente decorre, em grande parte, dos problemas enfrentados no processo de formação do supervisor.”
(1997:98)

Quanto a contribuição da formação continuada na sua prática 80% das supervisoras declararam que a mesma é satisfatória e 20% a julgaram muito satisfatória.

Acreditamos que a prática desempenhada pelo supervisor depende principalmente da maneira como ele vê o processo ensino-aprendizagem e da concepção que possui sobre o trabalho que desenvolve.

Nesse contexto, o supervisor, como mediador do processo ensino-aprendizagem, necessita de teorias que forneçam instrumentos de análise e reflexão sobre a prática escolar, como se aprende e como se ensina, teorias que podem e devem enriquecer infinitamente o seu trabalho e dos docentes. É o que contempla, por exemplo COOL:

“... necessitamos de teorias que nos sirvam de referencial para contextualizar e priorizar metas e finalidades para planejar a atualização, para analisar seu desenvolvimento e modificá-lo paulatinamente, em função daquilo que ocorre e para tomar decisões sobre adequação de tudo isso.” (1998:12)

Desse modo, não basta só participar de aperfeiçoamento, reciclagem como forma de adquirir “fórmulas prontas” que indicam como atuar. Faz-se necessário que o supervisor tenha uma formação inicial e continuada para que promovam o desenvolvimento de atitudes críticas frente às propostas inovadoras.

Ao responder a questão subjetiva sobre a compreensão que possuem da função supervisora, 60% das colaboradoras descreveram a supervisão como instrumento que auxilia o professor na escolha de procedimentos que promova um processo de ensino-aprendizagem satisfatório.

Entretanto 40% colocaram a supervisão como um trabalho de integração que envolve todos os membros da escola, inclusive o aluno, de forma que esse trabalho esteja voltado para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Constatamos tal idéia quando as supervisoras em suas respostas relataram que o grupo gestor, professores e alunos têm que ter clara noção de seus papéis e de suas responsabilidades.

Para constituir atividades de “interação entre iguais” que garanta avanços significativos no desenvolvimento dos professores, é fundamental que a supervisão realize um trabalho de assessoramento aos professores e à equipe escolar a fim de desenvolver um projeto coletivo visando mudanças nas práticas usuais e nas concepções que a embasam. Neste sentido, MEDINA ressalta que:

“... o supervisor não é mais aquele sujeito que possui um “superpoder” de assessorar, acompanhar, controlar e avaliar o trabalho que os professores realizam nas escolas, mas aquele que constrói com os professores seu trabalho diário”. (1997:21)

Sendo assim, é relevante que o supervisor desenvolva ação direta nas escolas, mediante acompanhamento aos professores e toda equipe escolar, o que, como foi demonstrado, não é realizado pela equipe de profissionais por nós pesquisados.

Quando questionadas sobre a influência da sua prática nos resultados do processo ensino-aprendizagem, 100% responderam que fazem um trabalho de auxílio aos professores por meio de encontros periódicos, capacitação e apoio, implementação de estratégias para correção de metas estabelecidas visando alcançar os objetivos almejados.

As respostas registradas no questionário pelas supervisoras ilustram bem essa concepção:

“Por meio de encontros periódicos e relatórios escritos, implementando estratégias para eventual correção de metas estabelecidas, para que atinjam os objetivos almejados.” (S2)

“Com um olhar ‘olhar crítico’, procuro avaliar e colaborar com a prática da equipe escolar, dando suporte técnico-pedagógico e criando um ambiente de interação e empenho que favoreça a melhoria tanto do professor quanto do aluno em seus respectivos papéis no processo de ensino-aprendizagem.” (S5)

Percebemos que as supervisoras não informaram sobre a influência que exercem no processo ensino-aprendizagem; referiram-se apenas às atividades que desempenham na sua prática diária.

Pudemos perceber que as mesmas possuem uma concepção de supervisão que visa a ação de velar sobre os professores buscando assegurar a regularidade do seu trabalho ou de seu comportamento.

Pudemos constatar tal afirmação, quando uma das supervisoras declara que:

“Como instrumento de apoio no desempenho dos trabalhos com o grupo, de forma integrada buscando coletar informações que garantam sucesso e coesão no ensino-aprendizagem, visando uma qualidade de educação cada vez melhor.” (S1)

A supervisão escolar supõe a participação nos serviços administrativos e pedagógicos da escola. Nesse sentido, é relevante classificar o objeto da ação supervisora.

A esse respeito, RANGEL assinala:

“O objeto específico da supervisão escolar em nível de escola é o processo de ensino-aprendizagem. A abrangência desse processo inclui: currículo, programa, planejamento, avaliação, métodos de ensino, recuperação sobre os quais se observam os procedimentos de coordenação, com a finalidade integradora e orientação, nucleada no estudo, nas trocas, no significado da práxis.” (2002:78)

Dessa forma, as funções do supervisor estão ligadas ao processo de ensino-aprendizagem, abrange a coordenação da elaboração do currículo, do planejamento, dos programas, escolha de livros didáticos, entre outras funções.

Portanto constatamos que apesar de desenvolverem algumas das funções de competência do supervisor, faz-se necessário que as mesmas sejam revistas, não só por parte dos profissionais entrevistados, mas também perante o poder público, uma vez que é exigido do supervisor criatividade, iniciativa, dinamismo, a fim de encontrar os momentos adequados para agir e provocar o trabalho cooperativo dos professores. Entretanto, na maioria das vezes, pessoas são alocadas para exercerem função de supervisão sem possuir habilitação ou capacitação para tal serviço, o que os deixa em uma posição de subordinação às determinações e as expectativas do sistema.

Podemos completar esta idéia quando FERNANDES destaca que:

“A competência a ser construída pelos supervisores, em qualquer nível que atuem deve ser revelar primeiro na sua capacidade de visualizar claramente qual pode e deve ser o papel da supervisão...” (2000:121)

Urge pois, promover encontros para estudos coletivos, objetivando ampliar os conhecimentos uma vez que o supervisor deve ser capaz de provocar mudanças nas políticas educacionais, coordenar a elaboração coletiva do projeto educacional, planejamento, avaliação, sobretudo, analisar as práticas educacionais, visando uma educação de qualidade.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CAJAZEIRAS - PARAÍBA

A PRÁTICA DE SUPERVISÃO DESENVOLVIDA NO MUNICÍPIO DE IPAUMIRIM - CEARÁ

Ao nos propormos estudar com um grupo de supervisoras sobre suas práticas pedagógicas nas escolas que trabalham, ficamos receosas por não conhecermos o grau de aceitabilidade e interesse das mesmas frente a nosso projeto. Esse receio está vinculado ao fato de que nem sempre é fácil refletir sobre as ações próprias do supervisor no exercício do trabalho já realizado e do que poderá vir a realizar, pois há medo de se perder as referências tradicionais ao se descobrir o novo.

Nos surpreendemos entretanto, com a disponibilidade das coordenadoras e da Secretária da Educação em receber-nos e sobretudo, disponibilizarem-se a contribuir no que fosse necessário ao nosso trabalho, uma vez que elas acreditavam ser fundamental o desenvolvimento de um estudo sobre a temática proposta, para que viesse não só esclarecer possíveis dúvidas, mas que servisse para fomentar a busca de aprimoramento.

Quando iniciamos os encontros, percebemos um pouco de timidez por parte das colaboradoras. Notou-se também, que elas estavam apreensivas quanto a necessidade de se mostrarem profissionais atualizadas e competentes. Após dar-nos as boas vindas, uma supervisora em especial deixou-nos muito feliz com a sua fala:

“Este estudo será bastante proveitoso, pois tudo que nos venha aprimorar nossos conhecimentos aceitamos e dispomos com prazer. Esperamos aprender tudo o que for possível em conjunto com vocês e também passar um pouco da nossa experiência”.(S2).

Este comentário nos mostra a abertura das supervisoras em participar ativamente desse estudo, demonstrando dedicação com o seu trabalho.

Estudando o texto de SAVIANI (2002), que trata da supervisão educacional no interior da História da Educação, refletimos como a ação supervisora evolui para a condição de profissão após inúmeros debates, discussões acerca da idéia de supervisão.

Durante a reflexão, as coordenadoras se pronunciaram fazendo comentários sobre a prática da supervisão e da não aceitação de seu trabalho por parte do professor.

Nota-se pois, entre supervisor e professor não há um bom relacionamento, conforme relata uma das colaboradoras:

“Os professores não aceitam o trabalho do supervisor, porque acreditam que o supervisor vai interferir na autonomia do professor na sala de aula.” (S5)

Ao final deste encontro, as coordenadoras fizeram algumas indagações as quais consideramos relevante registrar, tais como:

“O trabalho do supervisor é com professor ou diretamente com o aluno?” (S1)

“A função do supervisor é orientar ou observar os professores?” (S1)

“Qual a diferença entre inspeção e supervisão?” (S1)

A partir destes questionamentos, reconhecemos que as colaboradoras sentiam necessidade de conhecer teorias que fundamentassem sua prática.

Nesse sentido, buscamos abordar nos encontros posteriores aspectos da supervisão, possibilitando discussão acerca de sua especificidade na escola, incluindo a coordenação, incentivo e atualização de estudos e práticas do corpo docente, relativas à nova proposta de currículo e a elementos do processo de ensino-aprendizagem.

Aos poucos, no decorrer das atividades propostas, os comentários encaminharam-se, sem nossa intervenção, sobre as práticas por elas desenvolvidas. Em contatos posteriores, pudemos constatar que as supervisoras comentavam sobre suas práticas e questionavam sobre o que entendiam por supervisão com mais espontaneidade, demonstrando que o nosso trabalho já adquiria credibilidade. Uma delas assim descreveu o trabalho que promove junto aos professores:

“Realizamos acompanhamento através do planejamento e supervisão nas escolas.” (S3)

Ao refletirmos sobre os conceitos que orientam a supervisão escolar, os problemas atuais da educação e da escola das quais as supervisoras se ocupam e suas posições na dinâmica do processo pedagógico, sobre a ótica de FERREIRA (2002), observamos que a discussão das coordenadoras seguiram o mesmo ritmo das reuniões

anteriores, sempre com demonstrações de interesse e fazendo oportunas colocações sobre as idéias da autora. A respeito deste texto, os comentários centraram-se nas várias funções da supervisão desenvolvidas por elas, anteriormente citadas e na elaboração do Projeto Político Pedagógico. Após o estudo do texto as colaboradoras fizeram o seguinte comentário:

“Para enfrentar os novos desafios que a sociedade do conhecimento apresenta é preciso um trabalho coletivo, o supervisor deve fazer um trabalho que chame a atenção da colaboração de todos na elaboração do Projeto Político Pedagógico.” (S2)

Embora tenham mencionado a elaboração do Projeto Político Pedagógico, uma das supervisoras indagou-nos sobre a existência de um modelo para fazer o já referido projeto, abordando inclusive, a pretensão da equipe da secretária em elaborá-lo nas escolas. No entanto, foi apontado a falta de conhecimento como principal dificuldade para a realização de tão almejada atividade.

Surpreendeu-nos a descoberta de que a supervisão era realizada mais precisamente nas escolas da zona rural devido à ausência de diretores e secretários. Sendo assim, observem o que diz uma supervisora:

“Fazemos visitas bimestrais às escolas menores, onde não há diretor, nem secretário, pois achávamos que as outras escolas que tem equipe completa não havia necessidade de visitá-las, já que nos encontramos nos planejamentos com os professores.” (S5)

Este desabafo nos leva a crer que atualmente ainda há vestígios de uma concepção de supervisão fundamentada na fiscalização e controle.

É pertinente abordar a colocação de uma das coordenadoras, no que diz respeito ao material disponível para realização de seu trabalho:

“Não dispomos de material específico que oriente o trabalho de supervisão. Procuramos realizar o nosso trabalho com o pouco que dispomos.” (S3)

Acreditamos que a alocação de profissionais sem qualificação específica para exercer a função de supervisão, à ausência de programas de formação continuada para esses profissionais, bem como a falta de material específico que oriente o trabalho de coordenação é também consequência da ingerência política que ocorre em nossas escolas.

Orientamo-nos pelos estudos de ALONSO (2002), que evidencia as limitações da formação inicial e a importância de um programa de formação continuada visando o desenvolvimento profissional do professor e sua participação no processo de mudança na escola.

Desta forma, as coordenadoras apontaram o PROFA¹ como programa de formação continuada desenvolvido por elas.

As discussões e questionamentos sempre pautaram na idéia dos autores e não deixando de estabelecer paralelos com a prática de supervisão realizada. As mesmas mencionaram que apesar dos esforços despendidos, enfrentam muitas dificuldades e citaram como principais: a falta de transporte, dinheiro, ausência de professores na escola e acomodação.

Vejam como uma das supervisoras expõe suas dificuldades:

“Quando vamos fazer visitas às escolas planejamos tudo e fica combinado data e horário, mas às vezes, quando chega o dia acontece de não ter o transporte, e aí, ou vai mais tarde ou não vai no tempo previsto. Ao chegarmos tarde nas escolas, o professor já não se encontra no estabelecimento. O tarde de que falo é dentro do horário de trabalho.” (S1)

Ao comentarmos RANGEL (2002), que enfatiza o estudo e a coordenação como “núcleos” da função supervisora, buscamos mostrar a importância de um trabalho coletivo com a participação dos membros da escola e em especial com o professor por ser ele o maior colaborador para o sucesso do trabalho do supervisor.

Neste sentido, as coordenadoras falaram que são dinâmicas, buscam cada dia mais conhecimentos e procuram passar para os educadores todas as informações necessárias para que os mesmos construam mais conhecimentos juntamente com os alunos.

Fizemos ainda, uma revisão geral dos textos estudados e falamos da importância do trabalho da supervisão escolar no âmbito da escola acompanhando o trabalho diário. As supervisoras disseram reconhecer que as visitas por elas realizadas eram insuficientes para alcançar seus objetivos e realizar um trabalho de supervisão como fator político. Acreditam também que por estarem “distantes” dos professores e terem o seu trabalho centralizado na secretaria de Educação são vistas como fiscais e outras conotações de cunho autoritário.

Encerramos nossos encontros na certeza de termos contribuído com as supervisoras das Escolas Públicas do Município de Ipaumirim, uma vez que ao iniciarmos os encontros as coordenadoras estavam convictas de que a sustentação para realizar o que era lhes atribuído, resultava da aceitação do seu trabalho pelos professores o que posteriormente foi questionado com os estudos realizados. A medida que o trabalho foi sendo desenvolvido fomos confrontando a teoria com situações vividas no cotidiano escolar, num movimento de ação/reflexão, utilizando suporte teórico pertinente às necessidades visíveis. Nesta perspectiva, as indagações começaram a fazê-las refletir sobre sua prática; ao fim dos encontros elas avaliaram que o trabalho desenvolvido por elas poderia ser melhorado, tomando por base uma formação continuada; reconheceram também que o supervisor pode encontrar no diálogo com os professores formas de intervir na qualidade do trabalho que os docentes realizam na sala de aula, exterminando a visão de supervisão atrelada à fiscalização e controle.

Para que tal intervenção aconteça, as colaboradoras apontaram a necessidade de os supervisores buscarem constantemente saberes e conhecimentos atinentes as formas de construir metodologias que facilitem o ato de ensinar e de aprender, considerando a realidade da vida e das experiências dos alunos da Rede Municipal de Ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo evidenciamos que a supervisão escolar requer um contínuo repensar e um constante recriar, que suscita muitas indagações, planos e ações.

O trabalho fundamentou-se em estudos teóricos, confrontando-os com a prática vivenciada pelas coordenadoras no setor da educação pública municipal o que nos permitiu repensar a nossa prática na escola como um todo.

A análise dessa ação consistiu num movimento de ação/reflexão, reflexão/ação no qual registramos o que vinha ocorrendo no setor pesquisado.

As colaboradoras afirmaram que sonhavam em fazer um trabalho inovador que contribuísse um melhoramento da educação sem que houvesse rejeição por parte de outros membros da escola e de modo especial, o professor.

Entretanto, constatamos que existe grande resistência em aperfeiçoar o processo de supervisão escolar no município de Ipaumirim, perdurando ainda hoje o modelo de supervisão caracterizado pela fiscalização e controle, adotado desde o século XVIII.

Na verdade, o que é singular na formulação deste trabalho é a ênfase das práticas de supervisão desenvolvidas nas escolas públicas municipais da cidade de Ipaumirim-CE, uma vez que as supervisoras não desenvolvem ação direta nas escolas, realizando assim, um trabalho “superficial”, o qual se restringe à observação bimestral da elaboração e execução dos planos de aula e a coordenação de programas de formação continuada. Essas atividades são desenvolvidas mais precisamente na Sede da Secretaria de Educação.

Ainda quanto aos profissionais desta área, observamos que a quantidade de supervisoras é insuficiente, pois são apenas 07, para atender às 18 escolas existentes, as quais localizam-se 02 na sede, 02 no Distrito de Felizardo e as demais na zona rural.

Acreditamos pois, que parte dos problemas referentes a supervisão escolar estão relacionadas a falta de uma formação profissional qualificada, tanto em relação a formação inicial como continuada. Sendo assim, as práticas de Supervisão das Escolas Públicas do Município de Ipaumirim tomam por base livros e revistas que muitas vezes possuem contextualização inadequada.

A experiência de pesquisar a prática supervisora nos fez perceber que os estudos de aprofundamento realizados pelo supervisor é que desencadeia um trabalho de compreensão do desempenho do professor no cotidiano da escola, especialmente em sala de aula.

Freqüentemente o termo supervisão é associado a outros como inspecionar, reprimir, checar e monitorar. O que pretendemos demonstrar é que em decorrência de uma outra concepção pedagógica, a supervisão assume dimensões mais amplas. Nesta concepção a supervisão não tem por meta fiscalizar, mas construir com os professores seu trabalho diário visando a qualidade do ensino.

A supervisão escolar deve ser um processo interativo, através do qual supervisores e professores aprendam sobre si mesmos e sobre a realidade escolar, no próprio ato da supervisão.

Reafirmamos, que a confiança mútua entre educador e supervisor pode transformar o ato de supervisionar em um momento prazeroso de descobertas e trocas de conhecimentos.

Portanto, para que se construa o significado da ação supervisora de acompanhamento permanente do desenvolvimento do professor é necessário revitalizá-la no dinamismo que encerra de ação - reflexão, ou seja, concebê-la como inerente e indissociável da educação observadora e investigadora no sentido de favorecer e ampliar as possibilidades próprias do educador. O que significa manter-se atento e curioso sobre as manifestações dos professores, oportunizando situações de estudos enriquecedores num ambiente de colaboração e respeito mútuo.

É pertinente enfatizar, que o supervisor deve visar seu crescimento profissional, aprendendo a se auto-avaliar e buscar novos caminhos para sua realização, com sabedoria e responsabilidade.

Enfim, para compreendermos o papel da supervisão escolar, faz-se necessária aceitarmos que as modificações essenciais ao processo de supervisão escolar só serão possíveis se for implantada uma cultura renovada do supervisor, baseada na reflexão crítica sobre sua prática diária e autônoma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

UNIVERSIDADE FEDERAL 28
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CALAZEIRAS - PARAÍBA

ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (orgs.) O fazer e o pensar dos supervisores e Orientadores educacionais. 6ª ed. São Paulo. Loyola, 1995.

FERREIRA, N. S. C. (org). Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. 3ª ed. São Paulo: Cortez.

PIMENTA, Selma Garrido (coord.). Pedagogia, ciência das educação? 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

RANGEL, Mary (org). Supervisão Pedagógica: Princípios e práticas. Campinas, SP: Papyrus, 2001 (coleção Magistério: Formação e trabalho Pedagógico).

SILVA, Jr. Celestino & RANGEL, Mery (orgs.) . Nove olhares sobre supervisão. Campinas: Papyrus, 1998.

SILVA, Naura Syria F. Corrêa da. Supervisão Educacional: Uma Reflexão Crítica. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
BIBLIOTECA SETORIAL
CALAZEIRAS - PARAÍBA

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

- Projeto: O papel da Supervisão nas escolas públicas do município de Ipaumirim.
 - Estagiárias: Erisnalma Moreira da Costa e Veridiana Jorge Santana Albuquerque.
 - Instituição: Centro de Treinamento Professor José de Holanda.
 - Nível de escolaridade:
 - Tempo de Serviço:
1. Você considera que o espaço onde o supervisor atua é:
- muito satisfatório
 - satisfatório
 - pouco satisfatório
 - insatisfatório
2. O material disponível para a realização do trabalho da supervisão é considerado:
- muito satisfatório
 - satisfatório
 - pouco satisfatório
 - insatisfatório
3. A sua formação inicial influencia na sua prática de forma:
- muito satisfatória
 - satisfatória
 - pouco satisfatória
 - insatisfatória

4. A formação continuada contribui na sua prática de forma:
- () muito satisfatória
 - () satisfatória
 - () pouco satisfatória
 - () insatisfatória
5. O trabalho do supervisor, está contribuindo para o trabalho do professor na sala de aula, de maneira:
- () muito satisfatória
 - () satisfatória
 - () pouco satisfatória
 - () insatisfatória
6. O relacionamento entre supervisores e demais membros que compõem a escola (professor/diretor) é considerado:
- () muito satisfatório
 - () satisfatório
 - () pouco satisfatório
 - () insatisfatório
7. Como você compreende a função da supervisão escolar atualmente?
8. Como você analisa a influência da sua prática nos resultados do processo de ensino – aprendizagem?

A Supervisão Educacional em perspectiva histórica: da função à profissão pela mediação da idéia.

Dermeval Saviani

A ação supervisora segue a ação educativa desde suas origens. A mesma se fez presente desde as comunidades primitivas e sofreu várias alterações conceituais no seu processo evolutivo, passando de função a profissão pela mediação da idéia.

Desta forma, a função supervisora manteve-se implícita e indiferenciada até o final da Idade Média, assumindo caráter de vigilância discreta, proteção e orientação. A idéia de Supervisão surgiu a partir do Ratio Studiorum dos Jejuítas, atravessou as Reformas Pombalinas, debates e tentativas do período imperial, estendendo-se até a Primeira República, assumindo claramente a função de controle, fiscalização, conformação e até coerção.

No decorrer dos anos 20 aos anos 80, tenta-se conferir status profissional à ação supervisora, mediante a especificação das características da profissão em torno de um mecanismo permanente, necessidade social e uma identidade própria. Sendo assim, a separação entre a “parte administrativa” e a “parte técnica” é condição para o surgimento da figura do supervisor como distinta do diretor e também do inspetor, cabendo pois ao supervisor um papel predominantemente de orientação pedagógica e de estímulo à competência técnica.

A supervisão se inicia no Brasil mediante cursos promovidos pelo Programa Americano – Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (Pabae), que formou a primeira leva de supervisores escolares para atuar no ensino elementar (primário) brasileiro, com vistas à modernização do ensino e ao preparo do professor leigo. A formação de tais supervisores se deu segundo o modelo de educação americano, que enfatizava os meios (métodos e técnicas) de ensino. O Pabae expandiu-se no Brasil durante o período de 1957 a 1963.

Portanto, no final da década de 60, o curso de Pedagogia foi organizado na forma de habilitações centradas nas áreas técnicas individualizadas por função: administração, inspeção, supervisão e orientação, além disso, previu-se também, como habilitação o magistério de disciplinas profissionalizantes dos cursos normais e o Planejamento Educacional reservado para o nível de pós-graduação (mestrado).

Conclui-se pois, que o desafio que se põe para a supervisão escolar hoje, extrapola a esfera especificamente pedagógica, situando-se na contradição central da sociedade moderna que, por um lado desenvolve numa escola sem precedentes as forças produtivas humanas e, por outro, lança na miséria mais desprezível contingentes cada vez mais numerosos de seres humanos. A solução desses problemas implica a transformação das relações sociais vigentes.

Supervisão: do sonho à ação – uma prática em transformação. (Mary Rangel)

* O Sonho – o ideal, a utopia, o que se deseja, imagina, espera.

* A Transformação – o que se revê e atualiza, o que se transpõe, do sonho a fatos da realidade.

* A ação – o que efetivamente se faz, na supervisão da escola, na práxis que desafia, que se busca entender e realizar, constituindo-se em objeto tanto do cotidiano do trabalho quanto do cotidiano da formação.

* A Supervisão Educacional traz, em si, uma conotação abrangente, que envolve os serviços de instâncias intermediárias e centrais do sistema e da política da educação:

- Supervisão escolar
- Orientação pedagógica
- Coordenação de turno
- Coordenação de área ou disciplina
- Supervisão pedagógica

* Objeto da ação supervisora

* Abrangência do processo de ensino-aprendizagem inclui: currículo, programas, planejamento, avaliação, método de ensino e recuperação.

→ A supervisão do currículo – caberá ao supervisor coordenar atividades de estudo e de integração do currículo, integrando a base comum nacional e sua parte diversificada em torno de paradigma curricular que vise estabelecer a relação entre a educação fundamental e a vida cidadã, através de vários aspectos:

- A saúde
- Sexualidade
- A vida familiar e social
- O meio ambiente
- O trabalho
- A ciência e a tecnologia
- A cultura
- As linguagens

FEREIRA, Naura Syria Carapeto (org). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. São Paulo: Cortez, 1999.

Abrangência do processo de ensino – aprendizagem :

(Mary Rangel)

- A Supervisão do currículo
Coordenação de atividades de estudo e de integração do currículo.
- A supervisão dos programas
Incentivo e planejamento de oportunidades de estudo para os professores.
- A supervisão da escolha de livros didáticos.
Orientar as decisões coletivas dos professores na escolha dos livros a serem adotados.
- A supervisão do planejamento de ensino
Orientar conceitos e critérios, procurando garantir oportunidades de construção coletiva do planejamento de ensino.
- A supervisão dos métodos de ensino
Acompanhar e considerar as teorias, os princípios pedagógicos, psicológicos e didáticos para avanço no sentido e significado da práxis.
- A supervisão da avaliação
Fazer das experiências, da vivência das dificuldades, dos desdobramentos pedagógicos e sociais da avaliação, objeto de análise e possíveis reformulações de conceitos e condutas.
- A supervisão da recuperação
Orientar e coordenar atividades que no dia-a-dia das aulas, revisem, (re) expliquem, (re) exemplifiquem os tópicos do programa nos quais, observando-se as verificações, revelaram-se dificuldades dos alunos.
- A supervisão e projeto pedagógico da escola
Estimular o estudo, a integração do trabalho, a pesquisa, sobretudo a elaboração do projeto pedagógico da escola.

FEREIRA, Naura Syria Carapeto (org). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. São Paulo: Cortez, 1999.

Supervisão Educacional: novas exigências, novos conceitos e novos significados.

(Naura Syria Carapeto Ferreira)

Diante das mudanças sociais faz-se necessário repensar que preceitos, concepções e valores deverão orientar a formação e a prática dos profissionais de educação, especialmente o supervisor.

Dessa forma, para lidar com os novos desafios que a “sociedade do conhecimento” apresenta é necessário que o supervisor atue de forma dinâmica e orgânica no âmbito da administração, participando das políticas e do planejamento através da elaboração coletiva do projeto educacional.

Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96 em seu artigo 67, advoga a necessidade de formar profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, atendendo aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades do ensino, que visa a formação do indivíduo para a cidadania e a qualificação para o mercado de trabalho.

A Supervisão Educacional portanto, deve está comprometida com os princípios da Carta Magna de Educação, em especial a liberdade e a solidariedade humana que são a fonte da supervisão. Além disso, ela deve estar articulada com as políticas, o planejamento, a gestão, a avaliação da educação e o ensino.

- * Políticas são as diretrizes que norteiam práticas, como as leis, por exemplo.
- * Planejamento são os planos de ações elaborados de acordo com as normas.
- * Gestão é a coordenação de execução de uma linha de ação.
- * Avaliação é um processo de acompanhamento do desempenho da instituição escolar e dos agentes.

Nesta perspectiva, o supervisor deve ser capaz de provocar mudanças nas políticas educacionais, coordenar a elaboração coletiva do projeto educacional, do planejamento e da avaliação, sobretudo analisar as práticas educacionais.

Portanto, baseado nos novos significados, o trabalho educacional precisa ser redefinido, assim como é necessário construir uma nova pedagogia, um novo papel de professor e supervisor.

Supervisor Escolar: parceiro político – pedagógico do professor.

Antônia da Silva Medina

Medina desenvolveu um trabalho com um grupo de supervisoras objetivando promover a “reinauguração” da ação supervisora no interior da escola, mediante um movimento de ação/reflexão, reflexão/ação posições tradicionais foram sendo questionadas e em seu lugar outras foram surgindo.

No início, o grupo de supervisoras estava convicto de que a atuação dos supervisores, no interior das escolas, era uma necessidade indiscutível, atrelada à forma de administrar imprimida pelo diretor da escola. O supervisor é pois, o profissional que sustenta a proposta pedagógica da escola através de orientar, acompanhar, controlar e avaliar o trabalho dos professores.

As supervisoras classificaram as reuniões gerais da escola em pedagógicas e administrativas, assinalaram que a sustentação para realizar o que lhes é atribuído resulta das condições pessoais e técnicas de cada supervisor e, sobretudo, afirmaram que a aceitação do trabalho do supervisor pelos professores era desencadeada pela forma como o diretor o tratava e via seu trabalho.

Na luta travada entre as certezas de querer descobrir o novo e o medo de perder as referências tradicionais, as indagações começaram a projetar dúvidas, perguntas, esclarecimentos e respostas nem sempre desejados e esperados.

Dessa forma, essa discussão revelou que o espaço de atuação do supervisor não consistia, simplesmente na criação de um ambiente físico e sim na forma de ir e vir do supervisor, no movimento que ele faz, com quem faz, como o faz e para quem o faz na escola; que o trabalho do supervisor independe do aceite ou não do diretor da escola e que o supervisor, fazendo uso da observação participante, poderá encontrar, no diálogo com os professores, formas próprias de intervir na qualidade do trabalho que os regentes realizam na sala de aula com seus alunos.

As supervisoras constataram também que a transformação de uma posição para a outra requer tempo, para que o supervisor possa mudar as representações e as práticas construídas ao longo de sua trajetória de trabalho.

É importante ressaltar que o espaço ocupado pelo supervisor na escola não lhe garante privilégios, pelo fato de não estar regendo classe; ao contrário, atribui-lhe um trabalho amplo na escola, envolvendo a ação dos professores, o anseio da comunidade e o desejo dos alunos. Essa ação requer do supervisor habilidades e conhecimentos para participar.

Constata-se pois, que o supervisor desenvolve com o professor as formas possíveis de controlar o processo de aprender e ensinar, abdicando de exercer o poder e controle sobre o trabalho do professor e assume uma posição de “problematizador” do desempenho docente. Problematizar o desempenho docente significa assumir com o professor uma atitude de indagar, comparar, responder, opinar, duvidar, questionar, apreciar e desnudar situações de ensino em geral e, em especial, as da classe regida pelo professor.

SILVA, Jr. Celestino & RANGEL, Mary (orgs.) *Nove olhares sobre a supervisão*. Campinas: Papyrus, 1998.

O supervisor pedagógico escolar faz parte do corpo de professores e tem a especificidade do seu trabalho caracterizado pela coordenação, organização em comum das atividades coletivas de estudo.

A supervisão retratada neste texto focaliza especial atenção ao processo didático pelo qual o currículo se introduz em sala de aula e da necessidade que a formação e a ação supervisora preparem-se para atualizá-lo no cotidiano escolar, mediante a promoção e o estímulo de oportunidades coletivas de estudo.

Nessa perspectiva, a função supervisora exige que o supervisor possua uma visão geral de fundamentos, princípios e conceitos do processo didático. Portanto, a função central do supervisor é o estudo coletivo e a coordenação, objetivando promover permanente atualização dos profissionais de educação e propiciar oportunidades periódicas de reavaliação de currículos e programas, bem como, decisões coletivas sobre material didático.

Tal atualização deve ser realizada em serviço, pois facilita o relacionamento entre os membros que compõe a escola e a seleção de componentes do currículo e de programas, como: objetivos, conteúdos, métodos, técnicas de ensino, avaliação e recuperação.

É importante ressaltar que a avaliação deve ser utilizada como meio de aprender, centrada na aprendizagem.

Constata-se pois, que a atitude de estudo é freqüente e essencial pela importância de atualizar o conhecimento (re)elaborado e (re)construído no processo ensino - aprendizagem, que é o foco da ação supervisora.

A supervisão educacional tem sido objeto de debates e críticas nos últimos anos, sobretudo quando se considera a situação do ensino em geral, os inúmeros fracassos e as frustradas tentativas de mudanças.

Entretanto, na década de 90 há a redescoberta da supervisão, a qual é apontada como instrumento necessário à mudança nas escolas, à medida que ela deverá estimular e articular programas de formação inicial e continuada visando ao “desenvolvimento profissional do professor” e a sua participação no processo de mudança da escola.

Considerando os desafios educacionais postos pela sociedade atual: educar para a realização individual e social do educando, sujeito desse processo, visando incorporação futura ao mundo do trabalho e formação do cidadão para participação efetiva na vida pública, ressalta a necessidade de se introduzir mudanças profundas na escola, revendo sua função básica e redimensionando a responsabilidade dos educadores.

Ao pensar o processo de mudança a partir da escola, sobre a ótica da supervisão, é preciso considerar o estágio de desenvolvimento dos professores e da equipe escolar em termos de conhecimento e compreensão das bases teórico-práticas em que ele se assenta. Implica dizer que é preciso prepará-los, ajudá-los, a compreender e analisar o próprio trabalho e sua prática à luz dos resultados quantitativos e qualitativos, mantendo com eles um relacionamento próximo num ambiente de colaboração e respeito mútuo.

Portanto, essa forma de conceber a supervisão, centrada na formação dos professores, não implica o abandono das tarefas rotineiras, mas indica um redirecionamento do trabalho das agentes, cuja atenção deverá voltar-se para os problemas que ocorrem na sala de aula, com os professores, e outras questões mais amplas que dizem respeito à escola. Significa pensar em agentes de supervisão bem preparados, atualizados e dinâmicos, sensíveis aos problemas internos dos professores e suas dificuldades, mas também e, sobretudo, preocupados com o destino dos alunos e com as responsabilidades da escola para com a comunidade.

Desta forma, a supervisão deixa de ser apenas um recurso meramente técnico – pedagógico para se tornar um fator político, tornando-se força aglutinadora e impulsionadora do grupo, atuando como mediadora do sistema, porém numa posição não mais de subordinação e aceitação irrestrita à autoridade, mas de intérprete da realidade escolar e de suas necessidades.

Constata-se pois, que para a supervisão educacional ganhar seu verdadeiro sentido no contexto escolar, faz-se necessário despir-se do autoritarismo, que a caracterizou em épocas passadas e assumir seu verdadeiro papel de estimuladora e organizadora de um projeto de mudança necessária que envolva, de forma responsável, toda a comunidade escolar.